

**JUVENTUDE E TRABALHO
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:
transformações, expectativas e possibilidades em meio a lógica da
empregabilidade para os jovens do Plug Minas¹**

***YOUTH AND WORK IN CONTEMPORARY SOCIETY:
transformations, expectations and possibilities amid the logic of
employability for the youth of Plug Minas***

Luciano Borges Muniz²

Regina Medeiros³

Resumo

Este artigo se insere no campo dos estudos sobre juventude e o mundo do trabalho contemporâneo, caracterizado por inúmeras transformações ocorridas a partir do que se convencionou chamar de reestruturação produtiva. O objetivo do estudo realizado foi compreender aspectos das relações que se estabelecem entre juventude e o mundo do trabalho contemporâneo, através da investigação de como os jovens se percebem nesse cenário, como veem suas possibilidades de acesso ao trabalho e as razões que os levam a desejarem trabalhar. A pesquisa se desenvolveu junto aos jovens do Plug Minas – programa do governo de Minas Gerais que atende indivíduos de Belo Horizonte e Região Metropolitana, estudantes ou egressos da rede pública e que tenham entre 14 e 24 anos. O estudo fez uso da metodologia qualitativa e se guiou pela hipótese de que o desejo juvenil pelo emprego não estava vinculado apenas à questão da sobrevivência e ao atendimento das necessidades básicas e também que os jovens se viam em posições desprivilegiadas em meio ao mundo do trabalho contemporâneo. Nossos resultados apontaram para o fato de que a lógica da empregabilidade gera em meio aos jovens um sentimento de responsabilidade individual por seu desempenho em meio ao mundo do trabalho e que o emprego é visto como instrumento necessário para a realização de desejos considerados característicos da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Juventude. Mundo do trabalho. Transformações e empregabilidade.

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

2 Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) – Departamento de Ciências Sociais PUC/Minas, Belo Horizonte, Brasil. Email: lucianoborgesm@yahoo.com.br

3 Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, Brasil. Email: repameca@pucminas.br

Abstract

This article falls within the field of research on youth and the contemporary world of work, characterized by numerous changes occurred from what is conventionally called productive restructuring. The aim of the study was to understand aspects of the relations established between youth and the world of contemporary work, by investigating how young people perceive themselves in this scenario, how they perceive their access the work and the reasons that lead them to want to work. The research was developed with the youth Plug Minas - Government program of Minas Gerais serving youth and Belo Horizonte Metropolitan Region, students or graduates from public and have between 14 and 24 years. The study made use of the qualitative methodology and was guided by the hypothesis that the desire for youth employment was not only linked the issue of survival and basic needs and also that young people saw themselves in disadvantaged positions amid the contemporary world of work. Our results point to the fact that the logic of employability among youth creates a sense of individual responsibility for their performance amidst the world of work and the employment is seen as a necessary instrument for the realization of desires considered characteristic of contemporary society.

Keywords: Youth. World of work. Transformations and employability.

Introdução

A maneira pela qual os jovens desejam, procuram, se preparam, interagem e se comportam diante do mundo do trabalho guarda relação profunda com o sentido que o trabalho adquiriu em nossas sociedades e também com as novas configurações desse cenário que são típicas da sociedade contemporânea. O principal objetivo desse estudo foi compreender as relações entre os jovens e o mundo do trabalho contemporâneo, percebendo, assim, as motivações para procurarem emprego e como se veem diante dos desafios de inserção, sobretudo de uma inserção adequada aos seus anseios.

Partindo do pressuposto de que pesquisar o universo dos jovens envolvidos com o Plug Minas nos possibilitaria entender aspectos relevantes da relação entre os jovens e os desafios do mundo do trabalho, formulamos a seguinte inquietação como principal problema norteador do nosso trabalho de pesquisa: quais são as expectativas dos jovens participantes do Plug Minas em relação ao mundo do trabalho e como eles se percebem nesse ambiente.

O Plug Minas é uma política pública do governo de Minas Gerais voltada para o atendimento do público jovem de Belo Horizonte e Região Metropolitana entre 14 e 24 anos, que seja estudante ou egresso de escolas da rede pública de ensino. Este centro de experimentação digital visa oferecer aos jovens participantes cursos em diversas áreas do conhecimento que envolva a cultura digital, a arte ou o empreendedorismo. A expectativa dos formuladores do programa é obter resultados

na área do trabalho, da educação e da participação social (LARA, 2010).

Para a realização deste estudo, utilizamos a metodologia qualitativa, através das seguintes técnicas: análise documental, observação direta, entrevistas individuais com os técnicos (coordenadores dos núcleos) e entrevistas em grupo dialógica/participativa com os jovens participantes do Plug Minas.

Para o ano de 2012, o Plug Minas havia recebido 7846 inscrições de jovens que desejavam participar de suas atividades. Desses, 1320 se encontravam matriculados, superando a capacidade máxima de vagas oferecidas que era de 1300 alunos. No início do trabalho de campo, havia uma previsão de que as entrevistas fossem realizadas com 10 (dez) grupos compostos de 8 (oito) jovens cada, o que totalizaria 80 jovens entrevistados. Desses grupos, 5 (cinco) seriam constituídos de jovens matriculados e frequentes nas atividades do Plug Minas e os outros 5 (cinco) seriam formados por jovens que, embora tivessem se inscrito para participar do programa, não estavam matriculados por alguma razão, como não ter sido aprovado no processo seletivo ou mesmo não ter procurado o programa após a inscrição.

Todos os grupos com os jovens matriculados foram realizados. Quanto aos não matriculados, apenas dois foram realizados, com a presença de 2 (dois) jovens em cada grupo. Esse fato se deveu à indisponibilidade dos jovens para participar das entrevistas, e as justificativas variavam entre falta de tempo e ausência de interesse para a participação. Acredita-se que isso ocorreu em razão do fato de esses jovens não terem vínculo com o Plug Minas. Dessa forma, mesmo mediante a oferta de recursos para o deslocamento e horários flexíveis, os jovens não se interessavam em participar do processo.

Em relação à composição dos grupos entrevistados, adotou-se o critério de sorteio aleatório, que foi feito a partir de lista com os nomes de todos os alunos matriculados no Plug Minas no ano de 2012 e também de todos os inscritos no programa e não matriculados, no mesmo ano. Esses grupos contemplaram alunos dos seguintes núcleos do programa: Empreendedorismo Juvenil, Oi Kabum, Valores de Minas, INOVE – Jogos Digitais e Laboratórios de Culturas do Mundo. Ao final dos trabalhos da pesquisa de campo, foram entrevistados 37 jovens e 5 coordenadores dos núcleos citados.

A formação da sociedade salarial e a alteração do sentido do trabalho

Existem diversos sentidos que podem ser atribuídos ao trabalho, que variam principalmente de acordo com a origem e com a condição social de cada indivíduo. Porém, é facilmente observável que para muitos o trabalho é essencial, em razão da sua capacidade de garantir a sobrevivência do indivíduo e a realização de seus projetos de vida. A quem trabalha, associa-se a imagem de indivíduo responsável,

capaz e merecedor de respeito. Esta imagem, construída socialmente, confere um *status* social ao trabalhador em oposição ao desocupado, que não goza do mesmo reconhecimento. No entanto, até meados do século XVIII, a condição de trabalhador não tinha esse sentido, pois este era considerado pessoa desprovida de condições econômicas e sociais, e, por essa razão, se via forçado a trabalhar, uma vez que não possuía outra forma de sobrevivência.

Um número considerável de estudos aponta as transformações pelas quais o mundo do trabalho tem passado ao longo do tempo como perspectiva importante para se compreender a atual configuração das relações de trabalho nas sociedades contemporâneas (CASTEL, 2010; SILVA, 2012; LEITE, 2009; COTANDA, 2011; SORJ, 2000; NASCIMENTO, 2011). Esses estudos mostram as mutações que o trabalho sofreu não apenas em suas formas, mas também em seus sentidos. A observação das transformações mais recentes possibilita a compreensão de aspectos relevantes de uma conjuntura emergente, modificada e ainda em transformação, que tem surgido nas últimas décadas, com implicações profundas nas relações sociais no âmbito do trabalho.

Sabe-se que as mudanças relacionadas ao trabalho não são recentes, assim como também não são as transformações na forma de acumulação produtiva, nos sentidos atribuídos ao trabalho e nas representações em torno dele. Segundo Cotanda (2011), o conceito trabalho já serviu para se referir, de forma restrita, às atividades desenvolvidas por servos ou por aqueles que cumpriam jornadas de trabalho, denominados jornaleiros. Apenas estes eram considerados trabalhadores, já que os indivíduos que se dedicavam a produzir algo durável, portanto considerados de maior valor, como os artesãos, não eram denominados trabalhadores, mas realizadores de obras (COTANDA, 2011). Essa distinção não era apenas nominal. Os trabalhadores eram tidos como inferiores se comparados com os realizadores de obras. Enquanto esses últimos eram tratados como indivíduos que tinham capacidade de criação e realização, os primeiros eram vistos como indivíduos incapacitados de viver de outra maneira que não fosse através da venda de sua mão de obra.

A mesma situação, em relação ao trabalho, é apontada por Castel (2010), que observa que a condição de trabalhador assalariado foi, durante muito tempo, uma condição das mais incertas, indignas e até mesmo miseráveis. O autor aponta que o assalariado era alguém arruinado, que teve sua situação social degradada e não encontrava outra forma para sobreviver a não ser do seu próprio trabalho (CASTEL, 2010).

A desaprovação do trabalho e sua associação com atividade destinada aos desprovidos de propriedades e detentores de condição social desfavorável foi

superada a partir do século XVIII, momento em que a concepção que até então predominava, deu lugar a uma nova concepção mais ampla e moderna. Segundo Cotanda (2011) no Ocidente, a partir desse período, o termo adquire o sentido que hoje lhe atribuímos. Essa nova concepção, que engloba distintas atividades, desde as manuais até as mentais, que podem ser simples ou qualificadas, superou o sentido restrito de que trabalho era uma atividade para pessoas em condições sociais marcadas por privações (COTANDA, 2011).

Essa transformação na concepção ocorreu concomitantemente às transformações nas condições do trabalho industrial. As condições desfavoráveis e precárias do trabalho assalariado, características do início do processo de industrialização, foram sendo superadas por meio das conquistas do movimento operário e pela atuação do Estado, no sentido de regular o mercado de trabalho através das leis trabalhistas, o que interfere nos limites da exploração do trabalhador e garante proteção social a esse grupo (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

A partir da intervenção do Estado nas relações de trabalho deu-se o surgimento de uma série de benefícios que perpassaram as relações entre vida social e trabalho nos países europeus, denominadas seguridades sociais. Estas se relacionam às condições dos trabalhadores, que, quando se tornaram assalariados, passaram a ter acesso a “seguros sociais, direito do trabalho, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, relativa participação na propriedade social e até mesmo no lazer” (CASTEL, 2010, p. 444).

O desenvolvimento de uma nova estrutura produtiva nas sociedades industriais, posterior a esse momento inicial da industrialização, denominada fordismo, contribuiu para completar o novo sentido da condição de trabalhador assalariado. Esta estrutura de produção industrial, desenvolvida no século XX, que “se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas” (CLARKE, 1991, p. 119), fez surgir um trabalhador de massa integrado a sindicatos, que faziam acordos para obter salários uniformes para seus filiados. Esses salários aumentavam de acordo com os aumentos da produtividade. Aos poucos, esse período foi sendo marcado pelos avanços que resultaram dessa forma de organização produtiva, na qual se verificou melhorias nas condições de trabalho, nos salários e na vida da classe trabalhadora (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

Essa nova situação fez com que Castel (2010) associasse a transformação do sentido do trabalho assalariado, o que ele chama de quase-mutação antropológica da relação salarial, ao fordismo. Segundo o autor, é a partir da política salarial de Ford, que integra um modo de consumo às condições de produção, que “amplas camadas de trabalhadores – mas não todos os trabalhadores – saiam da situação de extrema

miséria e de insegurança permanente que tinha sido sua condição desde há séculos” (CASTEL, 2010, p. 432).

Nesse ponto, embora Castel não atribua exclusivamente ao fordismo o feito de transformar a concepção de trabalhador assalariado, antes estigmatizada, em algo aceitável e positivo, o autor destaca o fordismo como importante elemento dessa mudança. Já que com ele e sua nova forma de organização produtiva e tratamento dado ao trabalhador, o assalariado passa a perceber uma política de salários ligada ao que ele produz, o que lhe possibilita superar o *status* de simplesmente produtor e chegar àquele de consumidor; a condição de assalariado se torna atrativa para outros grupos sociais.

Castel (2010) ainda observa que, a partir da década de 50 do século XX, surge um novo discurso sobre o trabalhador assalariado, ocorrendo uma “quasemitologização” de um modelo de homem eficaz e dinâmico, ao mesmo tempo trabalhador assalariado e consumidor. Essa nova maneira de ver o trabalhador faz com que indivíduos de diferentes grupos sociais desejem essa posição. Consequentemente, “uma parte das classes dominantes tradicionais também ingressou, e no nível mais alto, no mercado salariado” (CASTEL, 2010, p. 471). A expectativa em beneficiar-se das vantagens adquiridas pelos trabalhadores assalariados fez com que grupos profissionais considerados médios, como os engenheiros, entre outros, reivindicassem a condição de trabalhadores assalariados, sem, no entanto, deixarem de afirmar a distinção que havia entre eles e os demais assalariados (CASTEL, 2010).

Nesse contexto, a condição de trabalhador garantia ao indivíduo proteções e direitos vinculados exclusivamente a essa condição, fazendo com que, a partir dessas garantias, surjam sociedades organizadas em torno da condição salarial, o que possibilita ao indivíduo acreditar que os ganhos conseguidos com o seu trabalho lhe permitiria ascender socialmente e ter acesso à cidadania (NASCIMENTO, 2011). A possibilidade de consumo que a classe trabalhadora adquire a partir do século XX, somada ao atrelamento da condição de trabalhador aos benefícios sociais, resulta na definitiva alteração da concepção formulada sobre o que representava o trabalho nessas sociedades. A partir de então, o trabalho não é mais visto como atividade para os desprovidos e passa a ser visto como um mecanismo de acesso ao consumo e aos benefícios sociais reservados para aqueles que ocupam a posição de assalariado.

A condição de trabalhador assalariado passa de condição sem valorização para uma espécie de modelo ideal. Para Silva (2012), o sucesso das relações de trabalho assalariado pode ser percebido à medida que esse tipo de trabalho tornou-se um ideal e uma referência cultural quase universal, sendo capaz, inclusive, de destruir ou modificar outras formas de organização social diferentes desta. Cotanda (2011) observa que o significado do trabalho foi reorganizado nas sociedades

capitalistas industriais, o que fez com que, a partir de então, a existência do indivíduo fosse relacionada diretamente a ele. Castel (2010) também observa que a condição de assalariado superou a desvantagem que esse *status* carregava para se tornar a base do que ele chama de sociedade salarial moderna. Esses estudos convergem para a demonstração de um processo histórico de transformações que é responsável por alterar definitivamente a maneira como os indivíduos percebem o trabalho e a condição de trabalhador assalariado.

As transformações históricas apresentadas nas representações sobre o trabalho produziram uma concepção que permeia o imaginário juvenil na contemporaneidade, caracterizada pelo *status* social que a condição de trabalhador oferece ao indivíduo e pela associação feita entre a possibilidade do consumo e da autonomia, ou aparência dela, com o trabalho. Dessa forma, o desejo juvenil pelo trabalho está relacionado diretamente à imagem que se associa ao indivíduo trabalhador na atualidade, se sobrepondo até mesmo, em alguns casos, aos benefícios materiais que essa condição oferece.

O mundo do trabalho flexibilizado

Tão significativas quanto as transformações que fizeram do trabalho assalariado a forma predominante de relação trabalhista e alterou o significado de ser trabalhador, são as transformações que têm ocorrido no mundo do trabalho no cenário atual. Mundo do trabalho que, aqui, é entendido não apenas como mercado de trabalho, mas que se define como conjunto de mecanismos sociais através dos quais o trabalho é vendido e comprado (JOHNSON, 1997). Entendemos que a expressão *mundo do trabalho* é mais adequada para expressar os múltiplos aspectos que levamos em consideração nesse estudo, já que muitos dos jovens entrevistados não possuíam, até aquele momento de suas vidas, experiência de trabalho. Estes jovens, embora ainda não trabalhassem, já se encontravam inseridos em um ambiente onde o trabalho era central para seus projetos de vida, através dos muitos sentidos criados em torno dele.

Dessa forma, a expressão *mundo do trabalho* é pensada, aqui, como o mercado de trabalho, mas também como as expectativas, opiniões e principalmente a preparação para conseguir se inserir nesse mercado.

Os estudos apontam a década de 1970 como o momento do início de transformações recentes que provocaram o esgotamento do modelo de desenvolvimento produtivo baseado no fordismo, modelo que se consolidou nos trinta anos pós-segunda guerra e que tinha na sociedade salarial (garantidora de direitos sociais) suas bases (CLARKE, 1991; NEVES, 2009; LEITE, 2009; NASCIMENTO, 2011).

Houve uma alteração não apenas na forma de produzir, mas também nas relações entre empregados e trabalhadores. A flexibilização não se apresenta somente como característica do modo de organização produtiva, mas também das relações trabalhistas. Nesse sentido, flexibilizam-se os contratos de trabalho, acarretando perdas significativas para os trabalhadores das garantias sociais preservadas até então. Para Nascimento (2011), o padrão de emprego estável e todas as garantias vinculadas a ele foram quebrados à medida que avançava o capital reestruturado, não mais vinculado ao modelo de Estado de Bem Estar Social. Novos fenômenos, como globalização financeira, novas técnicas de produção e ampliação do setor de serviços, provocaram o surgimento de “formas de trabalho desprotegidas e desreguladas em um quadro que, por vezes, parece remeter a tempos que pareciam superados” (NASCIMENTO, 2011, p. 79).

O cenário atual mostra que as relações de trabalho adquiriram a forma do capital financeiro, flexível e volátil cujas transformações produzem um ambiente com características novas, no qual surgem instabilidades, riscos, incertezas, inseguranças e adaptabilidades que marcam as relações sociais em torno do mundo do trabalho. Por isso, as empresas adotam uma forma de gerir as relações de trabalho em que o aspecto flexibilizado de todo o sistema produtivo se reproduz nas relações de trabalho, nas leis trabalhistas e alcança até mesmo os sindicatos (DRUCK, 2011).

Houve uma mudança de paradigma, pois o mundo do trabalho reconfigurou-se e trouxe como novidade aspectos que contrastam com aqueles anteriormente existentes. Não obstante todos esses novos aspectos do mundo do trabalho flexibilizado, alguns parecem mais evidentes e provocam efeito social mais direto sobre o trabalhador, especialmente na forma como ele passa a se perceber e como percebe o trabalho. A procura por um tipo específico de força de trabalho, que seja considerada apta a assumir novas responsabilidades e desafios, que as empresas inseridas nesse novo ambiente produtivo vêm demonstrando (NEVES, 2009), é uma das maiores implicações desse novo contexto. As empresas passam a buscar trabalhadores que apresentem o que tem sido chamado de empregabilidade, que, segundo Silva (2012), é a soma dos atributos subjetivos, como habilidades, competências e disposições pessoais. Para o autor, a empregabilidade “corresponde às necessidades de uma produção flexibilizada” (SILVA, 2012, p. 7).

A lógica da empregabilidade estabelece uma relação estreita entre as características pessoais do empregado e sua adequação ao trabalho, destacando a aparência, idade, raça, gênero, nível de escolaridade, entre outras. Essas características são critérios observados para a entrada e permanência de um indivíduo nesse novo mercado de trabalho (SORJ, 2000). As responsabilidades para a adaptação e o sucesso nesse novo ambiente em construção recaem tão somente

sobre o trabalhador, que é apontado e passa a se ver como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso profissional. Assim, não se considera fatores externos, como por exemplo, a situação da economia, que afeta diretamente o mercado de trabalho, ou as responsabilidades estatais na geração de empregos. O indivíduo é colocado de forma solitária nesse debate, no quesito responsabilidade.

Para Silva (2012), a empregabilidade é o coração de uma nova cultura do trabalho que se encontra em fase de gestação. Essa fase, bem distinta da anterior, chamada de sociedade salarial, põe no lugar da valorização da especialização a valorização da polivalência, pela qual o trabalhador deve se mostrar apto a desempenhar funções distintas, ter autonomia profissional, independência pessoal e ser competitivo. Essa nova cultura do trabalho faz surgir a imagem de um “novo trabalhador” que não tem mais como ideal uma carreira em um emprego assalariado estável de longo prazo. Ao contrário, o que esse trabalhador almeja é o seu desenvolvimento individual, que é alcançado através dos investimentos em si próprio, para atingir oportunidades em atividades e formas de trabalho em constante mudança (SILVA, 2012).

Nesse contexto, aparecem novas identidades baseadas e articuladas no consumo de produtos e serviços variados, que pode ocorrer de forma muito diferenciada entre as pessoas, e novas formas culturais que contribuem para aumentar a necessidade de produtos cada vez mais diferenciados (CLARKE, 1991). Nesse sentido, as novas identidades dos trabalhadores que não têm mais como referência o trabalho, mas o consumo, fornecem as condições necessárias para o funcionamento dessa nova estrutura produtiva flexibilizada. Os indivíduos passam a sustentar níveis elevados de consumo variável e sempre renovável, além de terem a necessidade de consumir marcas específicas e de atualizarem sua capacidade de consumir cada vez mais. Por isso, sustentam o modelo de produção no qual eles se encontram inseridos, e que atende, ao mesmo tempo, as necessidades individuais.

Diante desse quadro, interessa saber como se apresenta o trabalho em meio a essa nova configuração de sociedade que tem sido chamada de sociedade contemporânea ou mesmo sociedade do consumo. Nitidamente, percebe-se que se formou um novo cenário em torno da questão do trabalho e das novas formas e sentidos que ele vem adquirindo. Trabalhar, nesse ambiente, significa ter possibilidade de consumir e, assim, sentir-se parte integrada de uma sociedade que parece ter sua razão de existir vinculada à produção flexibilizada, que se renova constantemente para atender o desejo de consumo dos indivíduos. Por outro lado, não trabalhar, para um número grande de indivíduos, representa estar privado de participar do que essa sociedade tem de mais característico: o consumo frequente.

Onde se situam os jovens em meio à sociedade contemporânea e a nova cultura do trabalho

Como sugere Frigotto (2004), o tema do trabalho precoce dos jovens, bem como das condições de trabalho que estes têm enfrentado está relacionado diretamente à estrutura produtiva capitalista. Os jovens oriundos das classes menos favorecidas ocuparam papel central no início do processo de industrialização dos sistemas produtivos. Crianças e jovens serviram como força de trabalho bastante utilizada nos ambientes fabris. Ao lado de outros grupos sociais, como as mulheres, os jovens eram desejados para atuarem nas fábricas em razão do menor salário recebido em comparação ao salário recebido pelo trabalhador homem adulto.

Naquele período, os jovens se dedicavam a atividades penosas desempenhadas em longas e exaustivas jornadas de trabalho, com a ausência da segurança necessária para a realização das tarefas industriais destinadas a eles e com remuneração irrelevante e aquém das atividades realizadas. Embora as condições observadas no século XVIII, a partir da Revolução Industrial, não sejam as mesmas do cenário atual, é possível perceber que as condições encontradas pelos jovens no atual mercado de trabalho ainda não apresentam uma configuração adequada e favorável a eles.

As trajetórias e possibilidades de inserção da juventude no mercado de trabalho contemporâneo, a condição juvenil como elemento favorável ou dificultador da inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, as possibilidades de acesso ao emprego que dispõe o jovem em meio à estrutura social atual e os efeitos da conjuntura atual na formação identitária do jovem contemporâneo, são assuntos que tem ganhado espaço no âmbito acadêmico e social.

Vários autores apontam que os jovens são representantes de um segmento social com claras dificuldades de inserção no mercado de trabalho nas nossas sociedades contemporâneas, sobretudo quando se fala de inserção qualificada (CASTEL, 2010; LEITE, 2009; NEVES, 2009; SORJ, 2000; COTANDA, 2011). Esses estudos sugerem que existe uma hierarquia de ocupações na qual alguns indivíduos são selecionados e outros preteridos para compor o mercado de trabalho atual, que é caracterizado, em seus processos de seleção, pela alta seletividade. A rigorosa seleção de pessoas, em que algumas servem e outras não, representa um traço marcante da nova estrutura flexibilizada e permite perceber que o jovem tem sido parte daquele grupo social que ocupa os piores postos de trabalho dessa hierarquia. Sobre isso, Castel (2010), ao se referir a contratos de trabalhadores através dos chamados contratos atípicos, observa que “os jovens são os mais concernidos e as mulheres, mais do que os homens”. (CASTEL, 2010, p. 515).

Pessoas que compõem determinados grupos sociais, dos quais a juventude é um bom exemplo, são forçadas a ocupar os piores postos de trabalho para evitar uma realidade ainda pior, que seria produzida pela ausência de ocupação de qualquer tipo. O trabalho juvenil, muitas vezes, tem sido usado como justificativa para as empresas pagarem salários baixos aos indivíduos dessa faixa etária, o que acarreta um número muito alto de jovens subempregados com baixa remuneração. Além disso, eles são também utilizados como força de trabalho em empresas que organizam suas jornadas de trabalho em tempo parcial e empregam jovens com salários baixos, justificando essa condição salarial em função da jornada de trabalho diminuída (LEITE, 2009).

Ainda sobre essas formas precárias de ocupação destinadas aos jovens, percebe-se que esses indivíduos, na maioria das vezes, inserem-se na esfera produtiva com contratos diferenciados dos demais trabalhadores. Para resolver o problema do desemprego, muitos jovens ocupam-se em estágios temporários em face da ausência de um posto de trabalho melhor. E quando se tornam mais uma vez desempregados, após o cumprimento do tempo determinado, deparam-se com a dificuldade de nova inserção no espaço produtivo, em função das exigências crescentes de se ter um perfil atualizado com competências diferenciadas (NEVES, 2009).

A questão da relação entre jovens e o mundo do trabalho tem sido retratada a partir de duas tendências principais. De um lado, destacam-se as ocupações precárias e desqualificadas que absorvem em grande medida a mão de obra juvenil, de outro, o problema do desemprego que atinge majoritariamente esse grupo social. Ao analisar os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Cotanda (2011) observa que eles apontam que, em 2009, o desemprego atingiu os níveis mais altos da história e a metade da população desempregada era constituída por jovens entre 15 e 24 anos.

Essa situação é complexa e pode ser pensada tendo por referência os estudos de Castel (2010) sobre a nova questão social. Para ele, desemprego e precarização do trabalho são manifestações dessa nova conjuntura do emprego que se encontra em transformação. E embora o desemprego seja mais visível e tenha maior repercussão, a precarização é uma manifestação ainda mais importante desse cenário, por se tratar de um aspecto que alimenta a vulnerabilidade e, em última instância, produz o desemprego. As formas de trabalho que eram consideradas atípicas até pouco tempo, tendo por padrão o emprego estável e de tempo indeterminado, têm se tornado típicas do novo mercado de trabalho.

Castel (2010) concorda que a precarização do emprego inseriu-se como traço característico da dinâmica da sociedade contemporânea e, nesse ambiente, a juventude tem se destacado como grupo social com maior tendência para se inserir em ocupações desse tipo. O mercado de trabalho, através das empresas, eleva o nível das qualificações exigidas para admissão, o que invalida a força de trabalho juvenil

mesmo antes que ela comece a servir. Esse é o mecanismo que alimenta o processo de exclusão da juventude do mercado de trabalho e faz com que os jovens não encontrem outra ocupação que não seja a possibilidade de estágio ou empregos com baixas remunerações e sem garantias sociais. Como o mercado de trabalho exige dos jovens qualificações, o que eles ainda não tiveram tempo ou condições para adquirir, estes se veem diante do desemprego ou de ocupações que não as exigem, mas que, em contra partida, não oferecem muito em troca.

Essa nova conjuntura do emprego, na visão de Castel, divide-se em dois segmentos distintos. De um lado, o mercado primário, que é constituído por indivíduos com maior nível de qualificação, que recebem melhores salários e gozam de maior estabilidade e proteção social, de outro lado, o mercado secundário, constituído por indivíduos com menor nível de qualificação ou sem qualificação e que, por esta razão, ocupam os postos de trabalho mais precarizados. O mercado secundário é composto por uma “periferia precária” formada por um número expressivo de indivíduos nessa situação.

Esta questão deve ser relativizada, já que também pode-se perceber empiricamente um número crescente de trabalhadores, jovens ou adultos, desempregados ou ocupando postos de trabalho precarizados mesmo possuindo as qualificações consideradas como necessárias para a inserção em postos de trabalho melhores, com melhores condições e remuneração.

Especificamente para os jovens brasileiros, o trabalho, embora tenha passado por todas essas transformações nas formas e sentidos, ainda aparece como conceito cheio de significados e indispensável para a realização dos seus projetos de vida. Para estes, o trabalho é importante elemento provedor de necessidades, produtor de independência, gerador de crescimento e autorrealização. Nesse mesmo sentido, Sposito (2003) mostra que o trabalho dá aos jovens a possibilidade de experimentar a condição juvenil em muitas esferas diferentes “como a da sociabilidade, do lazer, da cultura e do consumo” (SPOSITO, 2003, p. 23). Dessa forma, a autora defende a ideia de que mesmo a ocupação precarizada é almejada pelo jovem, que vê nessa condição algo de positivo relacionado à “maior independência da família, à autonomia e como condição de prazer” (SPOSITO, 2003, p. 23).

Diante disso, é possível observar a existência de um descompasso entre os sentidos que a população jovem atribui ao trabalho e a expectativa que se cria em torno dessa categoria com as condições reais e formas de inserção a que os jovens têm tido acesso. E isso porque o trabalho representa mais do que apenas um meio para a sobrevivência dos indivíduos que dele se beneficiam, quer sejam jovens ou não. Além de proporcionar a sobrevivência dos indivíduos que dependem dele para sua manutenção, o trabalho atua como elemento constitutivo das subjetividades do

indivíduo, bem como de suas identidades e vínculos sociais (COTANDA, 2011).

No entanto, conforme observa Guimarães (2009, p. 163), para ser um “bom demandante de emprego” e ocupar uma vaga não basta ao indivíduo estar desempregado. Nem sempre um indivíduo consegue ser legitimado como um bom demandante de trabalho. No momento de tentar conseguir uma vaga de emprego, cabe ao indivíduo, para ter êxito, saber agir de um modo tido como adequado e apresentar suas qualificações. Para grande parte dos jovens existe o agravante do percurso marcado pela ausência de experiências de trabalho, sobretudo daquela experiência registrada em carteira. O que se percebe é que, quando localizamos a população jovem, ou ao menos parte considerável dessa população, nesse novo cenário criado a partir da reestruturação produtiva, falta para esses indivíduos uma experiência ocupacional e mesmo níveis de qualificação desejados pelos ofertantes das vagas (GUIMARÃES, 2009).

Quando se trata das ausências que dificultam o acesso dos jovens aos postos de trabalho, há, mais uma vez, uma referência à lógica da empregabilidade que está presente em um mercado multifacetado que comporta indivíduos com trajetórias também multifacetadas e bastante desiguais. Guimarães (2009) explica que esse mercado está assentado num contexto marcado pela desigualdade social e pelas carências materiais. “Com isso falta aos indivíduos as precondições para se apresentarem na situação de procura como bons demandantes de trabalho” (GUIMARÃES, 2009, p. 166). A lógica da empregabilidade, característica central do que tem sido chamado de nova cultura do trabalho (SILVA, 2012), não dedica espaço a estes questionamentos. Prefere atribuir a responsabilidade de sucesso ou fracasso ao próprio indivíduo.

O discurso empresarial aponta como “bom demandante de emprego” um indivíduo que tenha um perfil flexível, aberto a mudanças, que esteja sempre investindo em sua formação e apto a enfrentar novos desafios. O trabalhador deve ser “um empreendedor de si mesmo que garantiria, dessa forma, sua empregabilidade e permanência num mercado em contínua transformação” (LIMA, 2010, p. 160). As condições que cada indivíduo tem para se apresentar da maneira esperada pelos agentes sociais que controlam o mercado de trabalho não são levadas em conta. Dessa forma, os jovens se encontram diante desse descompasso entre as grandes expectativas criadas em relação ao mundo do trabalho e a realidade das expectativas que não serão realizadas facilmente, após a inserção nesse ambiente.

O desejo de trabalhar e os efeitos da lógica da empregabilidade no discurso dos jovens participantes do Plug Minas.

Estar empregado, mesmo que seja em ocupações precarizadas, traz benefícios ao indivíduo, no entanto, por questões óbvias, os indivíduos tendem a buscar postos de trabalho que ofereçam melhores remunerações e melhores condições como recompensa para a realização das atividades inerentes ao ofício. Essa parece ser a opinião dos muitos jovens que participam do programa do governo de Minas Gerais, implantado em 2009, denominado Plug Minas, que oferece cursos de qualificação para jovens estudantes ou egressos de escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

O que se pode constatar é que a procura por emprego considerado adequado nem sempre propicia êxito ao jovem que o procura. As informações coletadas durante a realização da pesquisa de campo mostraram que muitos, diante da ausência de oportunidades em empregos desejados, submetem-se àqueles que são considerados por eles inadequados, com o objetivo de resolver o problema imediato da sobrevivência. Diante das dificuldades de acesso a um posto de trabalho que seja considerado ideal, os jovens entrevistados entendem que precisam se qualificar para conseguir inserção no mercado de trabalho, principalmente em ocupações de melhor qualidade.

A qualificação, representada pela busca constante de realização de cursos, parece significar para os jovens a única possibilidade de que possam superar a condição social de não ser um bom demandante de emprego. Dessa forma, o jovem passa a se perceber como responsável direto pela forma de inserção a que ele tem acesso e pela sua não inserção profissional, quando não consegue emprego. Aspectos da lógica da empregabilidade permeiam a fala dos jovens que se encontram em busca de trabalho. O discurso juvenil sobre o mundo do trabalho se apresenta tão centrado na lógica individualista, da qualificação e do desempenho, que elementos como conquistas sociais do trabalhador, direitos do trabalhador, inclusive o direito ao próprio emprego, não aparecem como parte relevante das argumentações e expectativas jovens sobre o assunto.

A jovem Alessandra se posiciona, em sua fala, quando questionada sobre o que é preciso para o jovem conseguir emprego, valendo-se do discurso da empregabilidade. *“Se ele (o jovem) quiser mesmo e tiver força de vontade ele consegue tudo o que quer. Só basta força de vontade e correr atrás”* (Alessandra, 16 anos, INOVE).

Esta jovem entende que para conseguir emprego basta apenas *“força de vontade e correr atrás”*. Essa expressão usada por ela, *“correr atrás”*, refere-se à

disposição para se preparar através da qualificação para atender as exigências do mercado de trabalho. “Correr atrás” é uma atitude do jovem que investe em cursos, qualifica-se, desenvolve um perfil flexível adequado às demandas variadas do mercado e não fica parado à espera de oportunidades, mas, ao contrário disso, vai atrás delas. Da mesma maneira que muitos outros jovens posicionam-se sobre esse questionamento, Alessandra centraliza a questão no indivíduo, pois acredita que se qualificar e ter força de vontade para conseguir emprego é suficiente para o sucesso no empreendimento. Em nenhum momento, quando perguntados sobre o que era preciso para conseguir emprego, os entrevistados apontaram fatores externos ao indivíduo, como por exemplo, ações políticas para a criação de novos postos de trabalho ou para o crescimento econômico. A ideia que predomina no meio juvenil é a de que a disposição do indivíduo na busca por qualificação é o fator mais importante para o sucesso. *“Afinal o futuro depende só de mim, ninguém vai fazer ele por mim. Então desde agora eu vou começar planejar a minha. E vou tentar conquistar tudo que eu sonhei pra mim”* (Isabella, 18 anos, Empreendedorismo juvenil).

A lógica “qualificação garantia de emprego” aparece de forma naturalizada no imaginário juvenil, como se todos os jovens participantes de cursos de qualificação fossem conseguir emprego após o término dos mesmos. No entanto, o que se percebe atualmente é que nem sempre estar qualificado tem servido como garantia de ocupação profissional. Os jovens que se encontram no início de sua trajetória no mundo do trabalho parecem ignorar esta questão para apostar na qualificação como aspecto mais relevante para o sucesso profissional, e, assim desconsideram outros aspectos que envolvem a complexa dinâmica do mundo do trabalho contemporâneo.

A partir da busca por ser considerado um melhor demandante de emprego, os jovens procuram o Plug Minas interessados na possibilidade de se aperfeiçoar e adquirir conhecimento técnico em alguma área específica que possa ser útil a eles para a inserção no mundo do trabalho. Confirmando que a procura pelo Plug Minas está associada à expectativa de conseguir emprego, a jovem Isabella planeja ter um futuro “bom”, a partir da participação no programa, e projeta a conquista de um emprego na área administrativa, estudada no núcleo Empreendedorismo juvenil. “Bom, o meu futuro eu espero que seja bom né. Conseguir um emprego é pra isso que eu estou fazendo o curso” (Isabella, 18 anos, Empreendedorismo juvenil).

Rafael entende que a diversidade de pessoas com as quais ele tem contato no Plug Minas é um fator que contribui de forma decisiva para que ele seja bem-sucedido em seu emprego. Em sua concepção, antes de participar do Plug Minas ele não “*se daria bem*” em seu atual emprego.

Consegui manter contato com vários tipos de pessoa. Tipo assim, pessoas mais abertas, pessoas mais fechadas, algumas equilibradas. E acho que isso me preparou bastante. Igual de manhã eu trabalho, se eu trabalhasse nesse lugar a seis meses atrás eu não me daria bem. Porque eu trabalho com público. (Rafael, 17 anos, Oi Kabum!).

A mesma ideia de Rafael é compartilhada pela jovem Betânia. Embora ela ainda não esteja trabalhando, acredita que se não tivesse passado pelo Plug Minas não se sairia bem por não saber lidar com as pessoas. Em sua concepção, foi no Plug Minas que aprendeu a se relacionar. “*Se eu não tivesse passado pelo Plug e se fosse justamente trabalhar eu acho eu não me daria bem de jeito nenhum, porque eu não saberia lidar com as pessoas*” (Betânia, 16 anos, Valores de Minas).

Confirmando a relação que os jovens estabelecem entre o Plug Minas e as expectativas de conquistar empregos, o programa é apontado pelos entrevistados como uma referência para os empregadores de Belo Horizonte e região, o que serve, portanto, como fator positivo na hora de concorrer a um posto de trabalho. Alguns jovens relataram que o fator decisivo para a conquista do emprego atual, disputado com outros jovens, foi ter declarado que estavam matriculados no Plug Minas.

Se não fosse o Plug, eu não tinha conseguido o meu emprego, entendeu? Então foi pelo Plug. Tanto é que no mesmo dia que eu fiz a entrevista já me contrataram, porque eu falei que estudava aqui no Plug. Pra você vê como é que é reconhecido né? (Letícia, 17 anos, Empreendedorismo Juvenil).

Nesse contexto, a construção de um bom currículo é um objetivo perseguido pelos jovens que buscam suas primeiras oportunidades de emprego. Isso se faz através da participação em cursos. Em certa medida, o certificado dos cursos realizados tem mais valor do que o próprio conhecimento técnico conquistado com a realização dos mesmos. Ao indivíduo importa não apenas participar de programas de qualificação, mas, principalmente, confirmar a participação através da aquisição de certificados que serão utilizados para a construção do currículo. Para os entrevistados, quanto maior o número de certificados, mais ampliadas serão suas possibilidades de inserção profissional. A posse de um currículo que atenda às exigências contemporâneas, isto é, composto por registros de cursos realizados em várias áreas, é visto como um recurso necessário diante da instabilidade característica do mundo do trabalho contemporâneo. Quando se refere à sua participação no programa Plug Minas, uma jovem diz que: “*Acrescenta as coisas no currículo, né? Se eu não conseguir serviço numa área eu posso conseguir em outra, ou então um curso ajuda, acrescenta*

outro. É bom que eu não fico sem emprego” (Alessandra, 16 anos, Inove).

A fala da jovem Alessandra apresentada acima é representativa da maneira como o jovem tem se posicionado diante desse cenário. Para ela, acrescentar cursos ao currículo, realizados em áreas distintas, facilita a conquista de emprego em alguma área, quando não se tem êxito em outra. Essa postura reflete a insegurança em face das incertezas do mundo contemporâneo e o reconhecimento da necessidade de constante aperfeiçoamento. Assim, a qualificação pode ser útil em diferentes momentos e situações, e o reconhecimento dessa necessidade atua como elemento que constrói as identidades dos jovens que se encontram em processo de busca por um emprego.

O Plug Minas, instituição que não declara oficialmente interesse na formação profissional juvenil, na prática leva seus alunos a perceberem a preparação profissional como elemento determinante no enfrentamento dos desafios do mundo atual. Os jovens percebem o Plug Minas como instituição formadora que prepara os jovens para o mundo do trabalho. Esse fato pode ser observado na valorização da possibilidade de conseguir trabalho após a participação em um dos núcleos do programa e dos trabalhos esporádicos que os jovens desenvolvem nas áreas da arte, empreendedorismo e cultura digital, para os quais foram direcionados pelo próprio programa.

No imaginário juvenil, o Plug Minas aparece como uma oportunidade de conhecer e ter contato com possibilidades de trabalho que não seriam conhecidas por eles, caso não participassem do programa e não tivessem adquirido as habilidades que seus cursos oferecem. Diante disso, a visão dos jovens sobre o Plug Minas é de um lugar que, além de potencializar suas habilidades, desperta a atenção para campos variados de atuação.

O jovem Matheus declara que não tinha conhecimento que a arte poderia servir como área de atuação profissional, o que foi possível saber a partir das atividades realizadas no núcleo do qual ele participa – Valores de Minas. Em sua concepção, o Plug Minas possibilitou a abertura para um mundo desconhecido, onde o profissional da música passa a ser visto como os demais profissionais, sendo, portanto um indivíduo importante em razão da função que desempenha na sociedade.

Eu não achava que a arte poderia ser uma profissão e é uma profissão como qualquer outra, porque todo mundo fala assim que não consegue viver sem música e se não tivesse o profissional da música que faz a música? Sabe, (o Plug Minas) abre sua mente pra muita coisa. (Matheus, 18 anos, Valores de Minas).

Para Júlia, jovem matriculada no núcleo Empreendedorismo Juvenil, as novas possibilidades de atuação profissional apresentadas pelo Plug Minas chamam atenção. Os núcleos distribuem material informativo que faz despertar o interesse por áreas que eles não tinham conhecimento antes de ingressar nos cursos. “Eu nem sabia que tinha direito assim, ligado com o empreendedorismo. Depois que eu vi: oh! Que legal! Aí tem as apostilas, tem tudo. Muito legal” (Júlia, 17 anos, Empreendedorismo Juvenil).

Da mesma forma, a Jovem Giovanna destaca que o Plug Minas amplia a visão dos jovens sobre as possibilidades profissionais. “*Aqui aprende mais geral de jogos, e assim tem uma visão mais ampla entendeu? Da profissão, do que se pode fazer*” (Giovanna, 21 anos, Inove).

A dinâmica de funcionamento do programa Plug Minas aproxima os jovens dessas novas possibilidades de trabalho, durante suas atividades, não apenas no campo teórico, mas também de forma prática. À medida que os jovens que participam de algum núcleo são selecionados para a realização de trabalhos dentro e fora do Plug Minas, nas áreas em que eles atuam, aumentam as expectativas de acesso ao trabalho via Plug Minas e surge a possibilidade de mobilizar novos interesses. Nesse sentido, o Plug Minas serve como uma espécie de ponte, um elo entre a juventude e o mercado de trabalho, pois, ao atuar dessa maneira, o programa age como tutor das relações que estes jovens estabelecem com as questões do trabalho, ao longo do tempo em que permanecem matriculados em seus cursos. Durante as entrevistas, foi possível observar que grande parte dos entrevistados conhece jovens que conseguiram trabalho através do Plug Minas, durante ou após a realização do curso. Muitos outros declararam terem sido selecionados para trabalhar através do Plug Minas. “*Eu fui indicado para fazer uma exposição aqui pelo banco BDMG. Banco cultural aqui. Também a gente faz alguns trabalhos fora. Eles encaminham a gente pra fazer trabalhos para as pequenas empresas*” (Davi, 17 anos, Oi Kabum).

Toda esta lógica da qualificação, aceita socialmente e reforçada pelos cursos que se propõem qualificadores de pessoas, além de defendida principalmente pelos setores empresariais, apresenta complicações. Existem estudos que demonstram que a qualificação é uma construção social complexa, pois ter diplomas, de qualquer natureza, não significa acesso ao emprego. Dessa forma, pode-se dizer que a qualificação aumenta as possibilidades, mas isso não significa garantia (FRANZOI, 2011). Os estudos de Guimarães (2009), Sorj (2000) e Franzoi (2011) mostram que redes de relações sociais são vias importantes para que o indivíduo tenha acesso ao mercado de trabalho, pois, em alguns casos, elas servem mais ao indivíduo para a conquista de emprego do que a qualificação adquirida através da realização de

cursos.

As informações construídas durante a pesquisa mostram que os jovens participantes do Plug Minas parecem não ser capazes de perceber essas relações complexas. Mostram também que o Plug Minas faz uso de redes de relações sociais estabelecidas em meio aos setores empresariais para que seus alunos tenham acesso a algumas experiências de trabalho, sem que isso fique claro para os jovens participantes do programa. Essa situação acaba por fazer com que esses jovens atribuam suas primeiras experiências de trabalho apenas à qualificação que eles têm alcançado no programa e não percebam as redes de relações sociais como fator relevante.

De que tipo de trabalho falam os jovens do Plug Minas?

Diante da acentuada importância dada ao trabalho pelos jovens entrevistados, tentamos entender de que maneira esses consideravam o trabalho e de que tipo de trabalho eles falavam, quando declaravam a importância dele para seus projetos de vida.

Ficou evidente, durante esse estudo, que para os jovens entrevistados a função primária do trabalho é a possibilidade de gerar dinheiro para o indivíduo. Embora outras vantagens possam ser alcançadas por meio do trabalho, o dinheiro conseguido em consequência dele é apontado como primeiro motivador para que o jovem procure se estabelecer em um emprego. Como é possível perceber nas falas a seguir: “*Acho que o que mais tem é jovem querendo trabalhar cedo pra conseguir dinheiro*” (Denise, 17 anos, Laboratório de Culturas do Mundo).

Então assim, não trabalhar é como se tivesse me matando, porque ficar sem dinheiro é muito ruim. Tem que sair, você não tem dinheiro, você tem que ficar pedindo seu pai. Ele pergunta pra que. Ai você fica ai meu deus, tem que ficar dando explicação pra quê que eu quero dinheiro. Então assim, sei lá, ficar sem dinheiro é muito ruim. (Laura, 17 anos, valores de Minas).

Os processos de consumo são considerados de grande importância entre as atividades sociais que se desenvolvem atualmente, e contribuem de forma decisiva para a construção identitária dos jovens. Dessa maneira, o trabalho, entre os jovens, é valorizado e tido como necessário, primeiramente por ser visto como instrumento que potencializa os processos de identificação juvenis, muitas vezes construídos através da posse de produtos adquiridos via consumo e que servem a eles como marca de distinção social. O dinheiro conseguido por meio do trabalho permite ao jovem se sentir parte ativa de uma sociedade marcada pelas modas fugazes e pela

constante renovação dos desejos. Então, deriva-se, dessa situação, o valor atribuído pelo jovem ao trabalho, uma vez que este enxerga nele o meio mais acessível, se não o único, para conseguir dinheiro.

Nota-se que o dinheiro aparece como condição elementar para a realização de um estilo de vida típico da sociedade contemporânea, já que sua posse, além de permitir o consumo imediato, garante a autonomia em relação aos pais e ainda colabora para a construção de uma imagem desejada: a do indivíduo que tem dinheiro. O dinheiro serve antes de tudo para o consumo imediato, pois os jovens entendem que dinheiro não serve para ser guardado. Como explica o jovem Gabriel: “Adoro gastar no shopping. Eu gasto com tudo. Com roupa, com shopping. Porque você é adolescente, tem dinheiro na mão não é pra ficar” (Gabriel, 17 anos, INOVE).

Outras formas de utilização do dinheiro, que não seja o consumo imediato, parecem ser algo impensável para a juventude, que entende que dinheiro não deve ser economizado, pelo menos enquanto se é jovem. A utilização do dinheiro está relacionada à satisfação de desejos, constantemente renováveis, de consumo. Fazer economia para o futuro ou colaborar com as despesas de casa foram ideias pouco relevantes nas falas dos jovens, quando questionados sobre a utilidade do dinheiro para eles.

Outra característica evidente no discurso juvenil foi o interesse em trabalhar de forma independente, onde seja possível trabalhar por conta própria em uma atividade que proporcione maior autonomia e que não o coloque em uma condição de subordinação, na qual se devem seguir ordens de outras pessoas. A experiência de trabalho vivida pela jovem Maria Eduarda serve a ela como parâmetro para apontar sua expectativa quanto às suas futuras relações com o trabalho. A falta de autonomia, a obrigatoriedade de atender as ordens do patrão e, principalmente, o trabalho com algo de que não gosta, aparecem como pontos negativos da experiência vivida.

Eu espero trabalhar em uma coisa que eu goste. Tipo assim. O que eu não quero pra mim. É porque eu já trabalhei. O meu pai tem loja no mercado central e de vez em quando eu trabalho e eu já trabalhei lá também direto. Uma coisa que eu não quero é tipo assim, ser funcionária de alguém. Assim, trabalhar numa loja que você é pau mandado de alguém e você tem que fazer o que a pessoa quer e acatar as ordens do jeito que quer. (Maria Eduarda, 20 anos, OI Kabum).

Foi frequente, no discurso dos jovens participantes do Plug Minas, que o trabalho deve estar associado à autonomia, a fim de amenizar os efeitos negativos da rotina do trabalho, desgaste físico e emocional, a falta de interesse pela profissão e o descontentamento.

No entanto, a ideia de que o trabalho deve estar associado à autonomia aparece junto das declarações, também frequentes, de que a função do trabalho é, acima de tudo, gerar um ganho econômico que garanta a realização dos desejos e necessidades dos jovens inseridos na sociedade contemporânea. Necessidades essas baseadas principalmente em três desejos: poder consumir, ter autonomia e ser reconhecido socialmente.

Na contramão dessa situação, a imagem do trabalho desejado, que é construída e apresentada pelos jovens entrevistados, relaciona-se ao que faltou na experiência relatada de Maria Eduarda, ou seja, autonomia, criatividade e a possibilidade de trabalhar em uma área que seja de interesse do demandante de emprego. O desejo de ser dono de alguma empresa ou estabelecimento também foi comum no discurso dos entrevistados.

Diante dessa imagem do trabalho ideal, relatada pelos entrevistados, foi possível perceber que ela se relaciona diretamente com as atividades que o Plug Minas oferece aos jovens envolvidos com o programa, nas quais, segundo eles, é marcante a autonomia, o uso da criatividade e o prazer. Foi possível perceber que a expectativa do jovem em relação ao mundo do trabalho aumenta a partir de sua participação no Plug Minas, mesmo diante da postura do programa em não se definir como programa qualificador apenas para o mercado de trabalho. As características dos processos efetuados nas atividades do programa são tomadas pelos jovens como referências para a construção do tipo ideal de emprego que se espera após o término dos cursos oferecidos pelos núcleos.

Considerações Finais

Nos últimos anos se formou uma nova cultura do trabalho em que o indivíduo passa a ocupar um lugar central no que se refere à responsabilidade de estar ou não empregado, de ter ou não sucesso nesse novo cenário constituído. Os efeitos sociais produzidos por essa nova configuração podem ser facilmente identificados entre os jovens que iniciam precocemente sua inserção, em busca de postos de trabalho considerados por eles ideais.

Em grande medida, o desejo de uma inserção satisfatória se inicia na busca de cursos, diplomas, certificações ou algum outro tipo de conhecimento que possa ser comprovado em face das oportunidades oferecidas pelo mundo do trabalho. Desconsiderando outros fatores, os jovens se percebem como os principais responsáveis pelo sucesso ou fracasso no acesso aos postos de trabalhos disponíveis, desde o início de suas trajetórias em busca de uma inserção profissional – postura que os torna reprodutores da lógica da empregabilidade, marca determinante dessa nova cultura do trabalho.

Esses aspectos foram percebidos nos discursos dos jovens participantes do Plug Minas que fizeram parte da pesquisa que realizamos. Os resultados a que chegamos permitem sugerir que ao jovem interessa trabalhar pelos benefícios sociais e simbólicos que o trabalho oferece como dinheiro para o consumo e a autonomia que a condição de trabalhador pode gerar. E, principalmente, que a participação no Plug Minas é vista por eles como elemento extremamente relevante para sua inserção e posicionamento no mundo do trabalho, como se a participação no programa conferisse ao participante larga vantagem em relação a outros jovens e quase que uma garantia de inserção em bons postos de trabalho.

Em certa medida, é possível dizer que o Plug Minas desempenha uma função ambígua, já que ao mesmo tempo em que aproxima o jovem do mundo do trabalho, fazendo-o perceber-se como indivíduo mais preparado para enfrentar suas exigências, e possibilitando-lhe experiências reais de inserção, também apresenta a ele uma imagem do mundo do trabalho que pode não ser encontrada fora da esfera e tutela do programa. Aparentemente, o programa não prepara os jovens ou aborda assuntos relacionados ao enfrentamento de uma situação de dificuldades na busca por “bons” empregos, fazendo-os compartilhar com outros atores a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso.

O Plug Minas ocupa uma posição de prestígio entre os jovens, já que existe entre eles a expectativa de que a participação em cursos de qualificação pode favorecê-los no complexo ambiente do mundo do trabalho atual. Diante dessa realidade e das expectativas juvenis, o Plug Minas aparece na percepção dos jovens como instituição altamente capaz de auxiliar a juventude a resolver o problema da dificuldade de inserção profissional. É dessa maneira que o programa está presente no imaginário e no discurso dos jovens que dele participam.

Referências

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CLARKE, Simon. Crise do Fordismo ou Crise da Social Democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 117-150, set. 1991.
- COTANDA, Fernando Coutinho. Trabalho, sociedade e sociologia. In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (org.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 41-57.
- DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2011. p. 65-103.

- FRANZOI, Naira Lisboa. Juventude, trabalho e educação: crônica de uma relação infeliz em quatro atos. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (orgs). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. da PUC-Minas, 2011. p. 117-134.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 151-170, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a07.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2012.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia prático da Linguagem Sociológica**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LARA, Ana Carolina de Siqueira. Plug Minas: A Gestão de um Projeto Social por uma OSCIP em Minas Gerais. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, III., 2010.
- LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Angela. **O trabalho reconfigurado – ensaios sobre o Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p. 67-94.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set/dez. 2010.
- NASCIMENTO, Yuri Pinheiro do. A crise da sociedade salarial e a proteção social dos trabalhadores: a propriedade social como condição de cidadania. In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (org.). **Relações de Trabalho no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 61-98.
- NEVES, Magda. Dinâmicas de trabalho na cidade: informalidade e autogestão. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Angela. **O trabalho Reconfigurado – ensaios sobre o Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p. 169-186.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Mudanças no Mundo do Trabalho: uma Nota**. 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/IIIseminario/texto11.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/002.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A Perda da Razão Social do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 25-29.